

## **Revista Retrato do Brasil/Carta Capital**

**Agosto 2007 nº02**

### **Fantasma de um novo apagão**

#### **O governo reformou a reforma do setor elétrico. Mas precisa ir mais longe se quiser garantir energia para acelerar o crescimento do País**

O fantasma de um novo apagão produz manchetes nos jornais, pode-se dizer, desde o início do primeiro mandato de Lula. Nos últimos meses, o governo mostrou preocupação com essas críticas. E fez diversas reuniões, algumas sigilosas, para discutir a perspectiva de falta de energia como a que ocorreu no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A reunião mais importante, da qual a imprensa teve conhecimento, embora não pudesse acompanhar, foi a de 10 de agosto, da instância máxima de decisão sobre energia, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Ela foi dirigida pelo próprio Lula e estavam presentes vários ministros, além do presidente da Petrobras e dirigentes de agências regulatórias ligadas ao setor.

Houve várias discussões acaloradas relevantes. Uma delas foi a que envolveu representantes da Petrobras e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o fornecimento de gás para as termelétricas, um debate antigo no qual a agência defende uma punição pública por Petrobras, caso ela não garanta esse suprimento.

O tema fora objeto de uma reunião sigilosa, em 19 de abril deste ano, quando o presidente exigiu que toda a diretoria da Petrobras comparecesse ao Palácio do Planalto para forçar a empresa a assumir o compromisso de que não faltaria gás natural para acionar as termelétricas dependentes do combustível, que é praticamente um monopólio da estatal. Discutia-se, agora, uma agravante do problema. A pedido do presidente Lula a estatal abriu mão provisoriamente de pequena parte do gás boliviano a que tem direito por contrato, para que os bolivianos, por sua vez, transferissem essa parte à Argentina, onde também há ameaça de algo como um apagão e, o que complica mais as coisas, há eleições à vista. Como o gás natural tem um papel destacado em nossa história e como as complicações internacionais do problema da energia também merecerão atenção, essa reunião será tratada mais adiante, em detalhes.

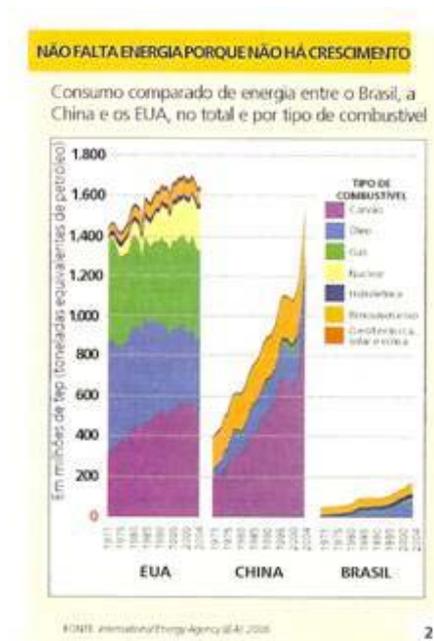
#### **Não falta, mas não cresce**

O resultado da reunião do CNPE foi relatado oficialmente por Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e por Nelson Hübner, ministro de Minas e Energia. A EPE é um órgão criado pelo governo Lula, em 2004, na reforma da reforma liberal do setor elétrico. Cuida da previsão dos riscos e de apontar medidas para evitar que ocorra uma crise de energia. Está sempre pressionada pelo destaque que se dá às notícias de um possível apagão. E Tolmasquim, na sua exposição, respondeu como faz há tempos diante dessas pressões. Disse que os estudos divulgados às vésperas da reunião eram pagos por gente interessada em elevar os preços para lucrar com isso. Admitiu, no entanto, que pelos estudos oficiais, há risco de faltar energia em 2011, primeiro ano após o governo Lula, caso haja uma aceleração no crescimento da economia além do que está previsto. Mas minimizou esse problema dizendo que a nova regulamentação imprimida pelo governo Lula ao setor lhe dá meios para intervir antes que o desabastecimento ocorra, forçando, a tempo, a instalação de novas usinas com a capacidade necessária.

O Brasil tem uma capacidade de geração de energia elétrica instalada atualmente de cerca de 90 mil megawatts. Segundo os estudos oficiais. Disse Tolmasquim, faltaria instalar 1,4 mil megawatts para atender ao mercado, em 2011. Mas isso, caso ocorram duas coisas: 1. Que a economia cresça em média 4,8% ao ano, bem mais do que nas últimas duas décadas. 2. Que não haja a contratação de nenhuma nova usina no ano que vem, a despeito de esse ajuste estar previsto nas regras do planejamento oficial. "O Brasil só sofrerá um racionamento de energia elétrica no início da próxima década", disse Tolmasquim, "se formos absolutamente incompetentes".

Os opositoristas dizem que o problema é muito mais grave. Um estudo divulgado pelo **Instituto Acende Brasil** no fim de julho, preparado pelo mais famoso consultor do País nessa área, Mário Veiga, estimou que o risco de haver racionamento em 2011 é de 32% - no caso de o crescimento

da economia ser de 4,8%, previsto oficialmente e de haver atrasos nas obras de geração. Sem atrasos, mesmo assim o risco ficaria em 28%, bem superior ao nível de 5% admitido nos planos oficiais.



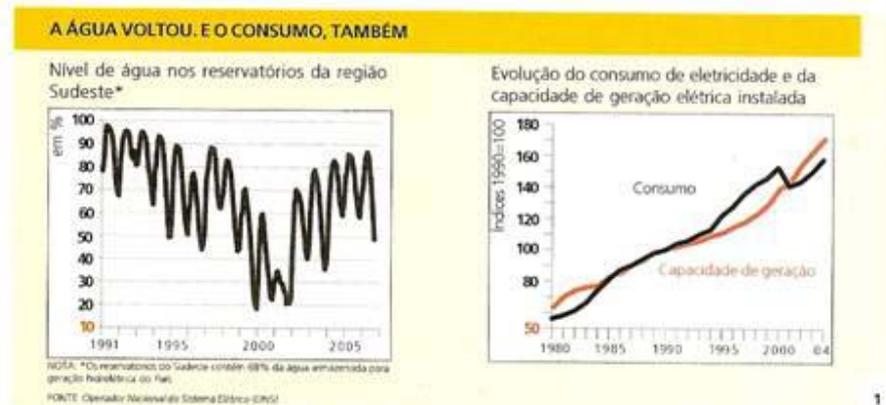
De qualquer modo, a dificuldade da posição oficial ficou clara na própria reunião do CNPE, quando um dos ministros perguntou ao presidente da EPE que aconteceria se o País crescesse mais que 5%. Tolmasquim atrapalhou-se na resposta e é fácil entender por quê. Não basta dizer que a nova lei do setor elétrico abandonou a tese liberal radical de que o planejamento seria feito pelo mercado. E que hoje o governo pode forçar a contratação de novas usinas de geração.

Tolmasquim disse aos jornalistas que, em última instância, o governo contratará térmicas a óleo combustível, mais cara poluentes. O plano, no entanto, não é garantir a geração a qualquer preço, como fez Fernando Henrique em 2001 com "um plano emergencial" que custou 7 bilhões de reais e, segundo a oposição da época, onde Tolmasquim então se encontrava, não valia mais que 2 bilhões de reais. Tolmasquim estava anunciando um plano de longo prazo, de otimização da geração. No plano, sacramentado pela reunião do CNPE, a maior parcela da geração é hidrelétrica. Para o período 2007-2011 está prevista a instalação de 16 mil megawatts de capacidade de geração desse tipo, que é a mais barata. E também a que exige maior tempo e cuidados no planejamento e na execução.

A geração de eletricidade no Brasil é em cerca de 80% hidrelétrica. Os EUA produzem cerca de 90% de sua eletricidade a partir de usinas a carvão, gás natural, óleo diesel e nucleares. A energia elétrica a partir de fontes renováveis como as hidrelétricas responde por apenas 10% da eletricidade gerada no país. Na China, o governo está pondo em execução um gigantesco esforço de geração hidrelétrica, mas, por enquanto, quase 100% vem de combustíveis fósseis, especialmente o carvão.

A primazia de hidrelétrica no Brasil, hoje, se deve a dois fatores. Primeiro, o País tem um sistema excepcional de rios e regimes pluviométricos que lhe permitiria gerar cerca de três vezes mais energia elétrica do que atualmente. Segundo, o País estagnou no último quarto de século, o que fez com que a geração hidrelétrica que está praticamente esgotada nos países desenvolvidos, aqui permanece em boa parte intocada. Uma comparação: se crescesse como a China desde o fim dos anos 1970, cerca de 10% ao ano - média que o Brasil atingiu apenas nos anos do "milagre econômico", de 1968 a 1973 - todo o potencial hidrelétrico do País, se instalado, seria insuficiente para acompanhar o crescimento da demanda de energia elétrica. A China consumia cerca de 100

milhões de megawatts-hora (MWh) de energia elétrica por ano no começo dos anos 1970, enquanto o Brasil consumia mais ou menos a metade disso, 50 milhões. A China está consumindo agora cerca de 2,5 bilhões de MWh de eletricidade por ano, enquanto o Brasil consome 320 milhões, um oitavo do consumo chinês.



### **Acelerar, não; moderar**

Essa última consideração leva a outro aspecto essencial do debate que a oposição procura ignorar de modo interesseiro. O governo não definiu o objetivo de um crescimento acelerado da economia. Mesmo o PAC, que é um plano oficial de “aceleração do crescimento” prevê, ao contrário, uma expansão moderada. Em audiência, na Câmara dos Deputados em meados de julho, o ministro Guido Mantega disse explicitamente que o Brasil poderia ter reduzido os juros e crescido mais, no primeiro mandato do presidente Lula. Mas cresceu a uma média de 3,4%, enquanto a Argentina cresceu a mais de 7% nos meses quatro anos.

Antes, no período da intervenção estatal – na Era Vargas e mesmo na intervenção estatal da época dos militares, de natureza diversa -, a construção de hidrelétricas e de outras usinas de energia por deliberação do Estado era a forma de definir que haveria energia elétrica suficiente e, ao mesmo tempo, com as próprias obras, contribuir para o crescimento econômico – este sim, acelerado – que se obteve em todo o período, de 7% ao ano, em média, contadas as recessões.

A Eletrobrás, a holding estatal do setor elétrico, fazia um planos decenal. E as grandes geradoras estatais – federais, como a Furnas, Eletronorte, Vale do São Francisco, e estaduais, como a paulista Cesp, a paranaense Copel e a mineira Cemig – era escaladas para construir as usinas de suas áreas geográficas. O financiamento da obra vinha de um contrato de 30 anos assinado pela usina geradora com o sistema integrado nacional dando como garantia a receita do empreendimento.

A reforma da reforma liberal do setor elétrico, no entanto, não restabeleceu nenhuma dessas políticas intervencionistas. A decisão mais importante do governo Lula no setor foi tomara em 2002, cúpula de sua equipe de transição decidiu contrariar o que era o pensamento majoritário por parte da equipe encarregada especialmente no setor energético. E manteve o rompimento dos contratos de longo prazo das geradoras hidrelétricas estatais para o fornecimento de energia ao sistema integrado nacional previsto na reforma liberal. Fez isso por pressão das grandes empresas interessadas na formação de um “mercado livre” de comercialização de energia. Nesse mercado está talvez o problema central dos restos da reforma liberal. Ele será visto num capítulo especial mais adiante. Por enquanto, voltemos à questão do abastecimento das termoeletricas a gás natural, tratada na reunião do CNPE e na reunião sigilosa do dia 19, já referida.